

Ficha Técnica

Título:	Tecer a Prevenção em Albufeira: Plano Estratégico 2017-2020
Autoria:	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Albufeira
Equipa da Redação:	Ema Pimenta; Ana Miranda
Local de Publicação:	Albufeira
Data de Publicação:	Março de 2017
Nº de Edição:	1ª Edição
Capa e Design:	Rita Martins
Equipa da CPCJABF:	Sofia Figueiredo , Presidente da CPCJ e Representante da Segurança Social Anabela Cabral , Secretária e Representante do Município Rui Carvalho , Representante do Ministério da Educação Louise Semião , Representante do Agrupamento dos Centros de Saúde Central do Algarve Marco Henriques , Representante da Guarda Nacional Republicana de Albufeira Patricia Seromenho , Representante da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira Ana Miranda , Representante da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima de Albufeira Maria João Moreira , Representante das IPSS/Associações Não Governamentais de Caráter Não Institucional (APEXA) Gabriela Santos , Representante das Associações de Pais do Concelho de Albufeira Sandra Azenhas , Representante da Delegação Regional do Algarve do IEFP Ema Pimenta , Elemento designado pela Assembleia Municipal Ivânia Mascarenhas , Elemento designado pela Assembleia Municipal Miguel Coelho da Silva , Elemento designado pela Assembleia Municipal Vera Simões , Elemento designado pela Assembleia Municipal Helena Simões , Elemento Cooptado da Comunidade Isabel Santos , Elemento Cooptado da Comunidade Ricardo Neves , Elemento Cooptado da Comunidade Teresa Biló , Elemento Cooptado da Comunidade Vítor Patrocínio , Elemento Cooptado da Comunidade

“Gostaria, pois, que a fala e a escuta que aqui se traçarão fossem semelhantes às idas e vindas de uma criança que brinca em torno da mãe, dela se afasta e depois volta, para lhe trazer uma pedrinha, um fiozinho de lã, desenhando assim ao redor de um centro calmo toda uma área de jogo, no interior da qual a pedrinha ou a lã importam finalmente menos do que o dom cheio de zelo que delas se faz.”

Roland Bathes

Agradecimentos

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Albufeira (CPCJABF) agradece a colaboração de todas as entidades representadas na realização deste trabalho; aos alunos que responderam às nossas questões e aos agrupamentos de escolas que conosco colaboraram; a todos os participantes no *World Café* pela partilha de informação; à Dra. Noémia Bandeira, da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDP), pelo incentivo, orientação e disponibilidade, fundamentais para a realização deste projeto; à Rita Martins, pela generosidade com que nos capacitou com um *website* e imagem corporativa, através do qual poderemos ampliar a nossa ação; à Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e à Câmara Municipal de Albufeira pelo acolhimento e apoio logístico. “**Tecer a Prevenção em Albufeira: Plano Estratégico 2017-2020**” é na sua génese fruto de uma estreita ligação entre a CPCJ e a comunidade, o que reforça a esperança depositada no esforço coletivo para responder às necessidades das crianças e jovens, transformando Albufeira numa comunidade promotora e protetora dos Direitos dos seus habitantes mais jovens.

Lista de Siglas e Acrónimos

ACES – Agrupamento de Centros de Saúde

A.H.S.A – Associação Humanitária Solidariedade Albufeira

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APEXA – Associação de Apoio à Pessoa Excepcional do Algarve

APP – Acordo de Promoção e Proteção

ARS – Administração Regional de Saúde

CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CASA – Centro de Apoio ao Sem Abrigo

CDH – Contrato Desenvolvimento para a Habitação

CMA – Câmara Municipal de Albufeira

CNPDP CJ – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CPCJABF – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Albufeira

DEEGEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

DGPJ – Direção-Geral da Política de Justiça

EMA – Espaço Multiusos de Albufeira

GAF – Gabinete de Apoio à Família

GIS – Gabinete de Inserção Social

GNR – Guarda Nacional Republicana

IAC – Instituto de Apoio à Criança

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

LPCJ – Lei de Proteção de Crianças e Jovens

MAI – Ministério da Administração Interna

MJ – Ministério da Justiça

NEE – Necessidades Educativas Especiais

NUTS – Nomenclatura das Unidades Administrativas para Fins Estatísticos

PPP – Processo de Promoção e Proteção

RSI – Rendimento Social de Inserção

SCMA – Santa Casa da Misericórdia de Albufeira

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Índice

Nota Introdutória.....	8
1. Tecer a Prevenção em Albufeira: Plano Estratégico 2017-2020	9
1.1 Enquadramento	9
1.2 Tecer a Prevenção em Albufeira: Plano Estratégico 2017-2020	10
2. Diagnóstico Social do Concelho, na Área da Infância e Juventude.....	11
2.1 Retrato Social	11
2.1.1 História e Geografia	11
2.1.2 População Residente	12
2.2 Rede Escolar	17
2.2.1 População Escolar	19
2.3 Recursos de Saúde	21
2.4 Recursos Sociais	22
3. Indicadores Estatísticos mais Relevantes, Análise de Processos da CPCJ	23
3.1 Caracterização Processual	23
3.2 Caracterização da Sinalização, Medidas Aplicadas e Arquivamento de Processos.	25
4. Análise dos Indicadores Estatísticos pela CPCJ na Modalidade Restrita	28
5. Audição da Comunidade.....	29
5.1 Apresentação dos Resultados do Questionário Aplicado aos Alunos do 2º e 3º ciclos	29
5.2 Resultados do World Café	33
6. Discussão das Principais Dimensões do Diagnóstico Social.....	34
ANEXO I. Autodiagnóstico da Organização e Funcionamento da CPCJ	34
ANEXO II. Lista de Entidades com Intervenção em Matéria de Infância e Juventude	36

Índice de Figuras

Figura 1. Mapa do concelho de Albufeira	11
---	----

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Idade da Vítima, Albufeira, 2015.....	16
Gráfico 2. Idade dos alunos inquiridos por género.	29
Gráfico 3. Escolaridade dos inquiridos.....	30
Gráfico 4. Identificação dos hábitos extraescolares.	30

Gráfico 5. Identificação das atividades preferidas pelos inquiridos.	30
Gráfico 6. Hábitos dos nativos digitais.	31
Gráfico 7. Perceção dos alunos relativo à CPCJ.	31
Gráfico 8. Identificação de entidades com resposta em situações de risco e perigo.	32
Gráfico 9. Identificação de situações de perigo e risco.	32

Índice de Tabelas

Tabela 1. População residente no Município no período de referência.	12
Tabela 2. População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente (Portugal Continental).	12
Tabela 3. População estrangeira que solicitou estatuto de residente (N.º) por continente de origem e local de residência em Portugal.	12
Tabela 4. População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º) por nacionalidade em Albufeira.	13
Tabela 5. População residente (N.º) por Local de residência (NUTS III), Grupo etário 0-19; Anual.	13
Tabela 6. Taxa bruta de natalidade por local de residência (NUTS III).	14
Tabela 7. Taxa bruta de nupcialidade (%).	14
Tabela 8. Taxa bruta de divorcialidade (%).	14
Tabela 9. Casamentos: total e por nacionalidade dos cônjuges (N.º).	15
Tabela 10. População residente com 15 e mais anos segundo os Censos: total e por nível de escolaridade (completo mais elevado).	15
Tabela 11. População ativa por local de residência.	15
Tabela 12. Número de desempregados inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).	16
Tabela 13. Crimes registados pelas polícias por mil habitantes.	16
Tabela 14. Crimes registados pelas polícias: total e por tipo de crime.	17
Tabela 15. Tipologia da rede escolar por número de estabelecimentos.	17
Tabela 16. Rede pública escolar do concelho de Albufeira.	18
Tabela 17. Capacidade de resposta das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), creches e jardins-de-infância.	18
Tabela 18. Total de alunos inscritos em Instituições Privadas, creches e jardins-de-infância.	19
Tabela 19. Total de alunos inscritos por oferta educativa, ano letivo 2016/2017.	19
Tabela 20. Alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) por Agrupamento de Escolas.	20
Tabela 21. Taxa de abandono escolar (%) por local de residência, NUTS III.	20
Tabela 22. Taxa de retenção e de desistência (%) do Ensino Básico e Secundário, por ano letivo.	20
Tabela 23. Centro de Saúde e extensões do concelho de Albufeira.	21

Tabela 24. Número de crianças em acompanhamento.....	21
Tabela 25. Entidades com respostas sociais para as Famílias, por número de famílias acompanhadas.	22
Tabela 26. Respostas sociais, de carácter residencial, para crianças e jovens.....	22
Tabela 27. Habitação Municipal Social arrendada e alienada	23
Tabela 28. Número de processos registados por ano e freguesias.....	23
Tabela 29. Número de crianças e jovens sinalizadas, por género.	23
Tabela 30. Número de crianças e jovens sinalizadas, por faixa etária.....	24
Tabela 31. Tipologia familiar.	24
Tabela 32. Nacionalidade da criança.....	24
Tabela 33. Nacionalidade dos cuidadores.	25
Tabela 34. Escolaridade das Crianças.	25
Tabela 35. Entidades sinalizadoras.....	25
Tabela 36. Motivo da sinalização.	26
Tabela 37. Medidas aplicadas.	26
Tabela 38. Motivo de arquivamento dos processos.	27
Tabela 39. Resultados: Principais problemáticas.....	28
Tabela 40. Resultados do <i>World Café</i>	33
Tabela 41. Análise de resultados do inquérito aplicado aos elementos da CPCJ.	35

Nota Introdutória

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) é uma instituição oficial não judiciária, que visa promover os direitos das crianças e jovens e prevenir ou pôr termo a situações que possam afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

O novo modelo de proteção de crianças e jovens em risco, em vigor desde janeiro de 2001 (com a publicação da Lei n. º147/99, de 1 de setembro) apela à participação ativa da comunidade, numa nova relação de parceria com o Estado, concretizada nas CPCJ, capaz de estimular as energias locais, potenciadoras de estabelecimento de redes de desenvolvimento social. Neste modelo de intervenção, cabe à Comissão Alargada um importante papel, quer na promoção dos direitos das crianças e jovens residentes no seu concelho de abrangência, quer na prevenção das situações de perigo que possam afetar os mesmos.

No âmbito das competências da Comissão Alargada, inscritas no art.18º da Lei n. º147/99, de 1 de setembro e em resposta ao desafio da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ), a CPCJ de Albufeira abraçou o projeto “Tecer a Prevenção” com o objetivo de formular um plano estratégico local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Jovem, que envolva todos os intervenientes locais, públicos e privados, e reforce a ação da CPCJ no concelho, no domínio da promoção dos direitos e da prevenção de perigo.

Partindo de uma ótica de dinamização da CPCJ na sua Modalidade Alargada, de reforço e otimização das suas competências no domínio de proteção e prevenção da criança e do jovem, o projeto desenvolveu-se em duas etapas principais: a reflexão e avaliação diagnóstica sobre a missão, organização e funcionamento da Comissão Alargada e a edificação de um processo de planeamento estratégico, gerador do conhecimento necessário à elaboração de um plano local, que suscite uma intervenção colaborativa, com uma dinâmica comunitária, preventiva e permanente, o que inclui todas as instituições públicas e particulares da comunidade e seus cidadãos, assim como as próprias crianças e jovens.

Para o efeito, o projeto “Tecer a Prevenção” obedeceu a uma estrutura metodológica definida a nível nacional e foi operacionalizado pela CPCJ na modalidade Alargada, tendo em conta as especificidades inerentes à realidade do concelho e da própria CPCJ. Neste sentido, foram constituídos diferentes grupos de trabalho responsáveis por cada etapa do projeto, integrando diferentes momentos de encontro, com o intuito de analisar, ajustar e avaliar os diferentes procedimentos inscritos na realização do autodiagnóstico da organização e funcionamento da CPCJ, cujo quadro síntese se apresenta em Anexo I; no estudo da realidade através do diagnóstico social do concelho, na área da infância e juventude, e da audição da comunidade; elementos vitais na delineação de uma estratégia de promoção dos direitos das crianças e jovens.

O plano estratégico “Tecer a Prevenção em Albufeira” foi pensado para ser operacionalizado num período de três anos, 2017-2020, e pretende ser uma referência local na Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Jovem, bem como um instrumento de trabalho que dinamize uma resposta eficaz, multidisciplinar e articulada face às necessidades específicas das crianças e dos jovens do Concelho. Para o efeito, a CPCJ de Albufeira está a desenvolver um *website*, que afetou ao Plano, no qual estará disponível toda a informação recolhida, assim como o próprio Plano, facilitando a consulta aprofundada dos documentos complementares de cada fase. Este *website* tem como objetivo manter a informação atualizada e acessível a toda a comunidade. Desta forma, procurou-se que o presente documento tenha em foco as principais conclusões, apresentando uma informação esquematizada, clara e objetiva, que conduza os seus utilizadores ao aprofundamento do conhecimento que ora se produz e conseqüentemente, à compreensão da necessidade de funcionarmos como uma rede protetora, em ação conjunta e contínua, na Prevenção do Perigo e na Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens de Albufeira.

1. Tecer a Prevenção em Albufeira: Plano Estratégico 2017-2020

1.1 Enquadramento

O plano estratégico, “Tecer a Prevenção em Albufeira”, foi desenvolvido com base na reflexão crítica da CPCJ, no estudo do diagnóstico social do concelho, bem como, do conhecimento gerado pela partilha de informações e perspetivas, sobre as necessidades de intervenção no que respeita a prevenção do risco e a promoção dos direitos das crianças e jovens, através da audição da comunidade numa dinâmica de reflexão conjunta - evento *World Café* - assim como, da audição das crianças e jovens, através de um questionário aplicado aos alunos dos agrupamentos de escolas de Albufeira.

O plano estratégico “Tecer a Prevenção”, que apresenta como principal objetivo promover a proteção e a promoção dos direitos das crianças e jovens, organiza-se em torno de três eixos:

1º Eixo: Dinamização da rede das entidades locais, públicas e privadas, na promoção dos direitos das crianças e jovens.

2º Eixo: Qualificação dos agentes locais para a promoção dos direitos das crianças e jovens.

3º Eixo: Avaliação das respostas sociais para crianças e jovens *versus* necessidades existentes.

O **primeiro eixo** estrutura-se de acordo com a necessidade de promover a prevenção junto de toda a comunidade e principalmente, junto dos próprios jovens e ainda, de defender uma intervenção articulada da rede das entidades locais, quer sejam públicas ou privadas. Por outras palavras, estabelecem-se medidas de integração com enfoque nos direitos das crianças e jovens, com a criação de incentivos que promovam a colaboração e o envolvimento de toda a comunidade. Pretende-se, igualmente, valorizar o trabalho em rede, em parceria e em articulação de todas as entidades com responsabilidades em matéria de infância e da juventude, numa lógica de otimização dos recursos envolvidos, evitando-se a sobrelotação das respostas que existem ao nível das entidades públicas.

O **segundo eixo** interliga-se com o primeiro eixo, uma vez que assenta na necessidade de qualificar os profissionais de referência para as crianças e jovens para a promoção dos seus direitos, tecendo-se desta forma uma rede de segurança, consciente dos perigos e dos riscos. Neste eixo, privilegia-se como público-alvo todos os profissionais em contato com menores, como são exemplo: o pessoal docente e não docente das escolas, os treinadores e dirigentes de clubes e associações culturais e recreativas.

O **terceiro eixo** foca a necessidade de avaliar as respostas sociais para crianças e jovens, através da avaliação científica das necessidades das famílias e do seu impacto no desenvolvimento e bem-estar dos seus educandos. A realidade diagnosticada aponta para a necessidade de respostas sociais mais flexíveis, adequadas ao contexto local e, sobretudo, que respondam às necessidades verbalizadas pelos próprios. Crescer em segurança passa igualmente pela democratização do acesso aos espaços, onde lhes seja permitido estar, conviver e criar de acordo com as suas próprias apetências e pontos de interesse.

1.2 Tecer a Prevenção em Albufeira: Plano Estratégico 2017-2020

Eixos	Objetivos	Ações
<p>Dinamização da rede das entidades locais, públicas e privadas, na promoção dos Direitos das Crianças e Jovens</p>	<ul style="list-style-type: none"> 👁️ Promover a intervenção articulada na área da promoção dos direitos das crianças e jovens. 👁️ Sensibilizar a comunidade empresarial para os direitos das crianças e jovens. 👁️ Promover os direitos das crianças e jovens junto dos próprios. 	<ul style="list-style-type: none"> 👁️ Implementação de um <i>website</i> para divulgação e trabalho em rede na atualização da informação em matéria de infância e juventude. 👁️ Estudo científico: Impacto das características do mercado de trabalho na vida familiar e no percurso escolar dos jovens. 👁️ Desenvolver um incentivo/certificação para as empresas “amigas da família”. 👁️ Constituir um conselho consultivo de jovens promotores dos direitos das crianças e jovens. 👁️ Sensibilizar a comunicação social para a importância do conhecimento sobre os direitos das crianças e jovens.
<p>Qualificação dos agentes locais para a promoção dos Direitos das Crianças e Jovens</p>	<ul style="list-style-type: none"> 👁️ Formação: promoção dos direitos das crianças e jovens. 	<ul style="list-style-type: none"> 👁️ Sessões de formação sobre a Lei de Proteção de Crianças e Jovens (LPCJ) na comunidade escolar. 👁️ Sensibilização de outros profissionais de referência das crianças e jovens (ex.: treinadores de clubes desportivos) para situações de perigo. 👁️ Desenvolver parcerias com o Centro de Formação de Albufeira no sentido de criar respostas de formação no âmbito dos direitos das crianças e jovens (ex.: possibilidade de criar bolsa de formadores em LPCJ).
<p>Respostas sociais para crianças e jovens</p>	<ul style="list-style-type: none"> 👁️ Adequar respostas ao contexto juvenil, com características flexíveis. 👁️ Estudar as necessidades das famílias e avaliar as respostas existentes. 	<ul style="list-style-type: none"> 👁️ Criação/constituição de um Centro da Juventude, com horários flexíveis para as famílias que têm filhos e horários de trabalho noturnos. 👁️ Estudo científico: Identificação das respostas necessárias para as famílias do concelho de Albufeira em confronto com as respostas existentes.

2. Diagnóstico Social do Concelho, na área da Infância e Juventude

2.1 Retrato Social

2.1.1 História e Geografia

De acordo com o Arquivo Histórico do Município de Albufeira, a localidade tem a sua génese envolta em mistério, assim como tantas outras cidades algarvias, sabendo-se que no Império Romano era conhecida por Baltum. Séculos mais tarde e já sob o domínio Árabe, a povoação passou a designar-se Al-Buhera, que significa “castelo do mar”, nome que poderá estar ligado à existência de uma fortificação e à proximidade do mar ou de um pequeno lago, que, segundo antigas representações, se formava na zona baixa da localidade.

Segundo Ana Azinheiro (2013), durante cinco séculos e sob o domínio árabe, a povoação desenvolveu uma forte ligação comercial com o Norte de África. O comércio, a localização geográfica e as defesas edificadas foram solidificando a crescente importância desta localidade, bastião da resistência árabe em território nacional. Após a reconquista cristã, Albufeira conheceu novo apogeu no século XVI, tendo recebido a Carta de Foral a 20 de agosto, acontecimento histórico associado ao feriado municipal.

Na história da cidade ficaram ainda marcados os seguintes acontecimentos trágicos, razões para o desaparecimento do que seriam hoje importantes marcos históricos: o terramoto, seguido de marmoto, de 1755 e ainda, no contexto da guerra civil (Absolutistas versus Liberais), o ataque do absolutista Remexido que massacró parte da população.

No século XIX, Albufeira cresce graças às atividades económicas, de exportação de peixe e de frutos secos, ganhando novo impulso no início do século XX, com a construção de fábricas de conserva de peixe e de transformação de figo e de alfarroba. Entre 1930 e 1960, registou-se um importante retrocesso económico, perdendo a localidade grande parte da sua população.

Nos anos 60, o turismo cresceu, tendo Albufeira florescido com os então visitantes ingleses, constituindo-se até aos nossos dias, a principal atividade económica da região, com reconhecimento nacional e internacional. Na década de 80, verificou-se um enorme surto urbanístico que levou à expansão de Albufeira para nascente. Em 1986, a vila de Albufeira é elevada a cidade.



Figura 1. Mapa do concelho de Albufeira

Atualmente, Albufeira tem uma área de 140,66 km² e encontra-se administrativamente dividida em 4 freguesias, sendo elas: Albufeira e Olhos de Água, Ferreiras, Guia e Paderne. Apresenta uma população com cerca de 40 mil 828 habitantes (baseado nos censos de 2011), muitos dos quais oriundos de outras regiões de Portugal e de outros países, sendo bastante flutuante devido à sazonalidade e migração da população.

Albufeira dispõe de Piscinas Municipais, de um Pavilhão Desportivo, Centro Municipal de Exposições, um Auditório Municipal, um Conservatório, uma Galeria Municipal, uma Biblioteca Municipal, um Espaço Multiusos (EMA), um Museu Arqueológico e várias Associações e Clubes Desportivos.

2.1.2 População Residente

Tabela 1. População residente no Município no período de referência.

	Anos	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Município	Albufeira	31 802	39 377	40 328	40 574	40 271	40 119	40 077	40 232

Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente.

Tabela 2. População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente (Portugal Continental).

Regiões	Anos	Total		Masculino		Feminino	
		2008	2015	2008	2015	2008	2015
Centro		2,6	2,3	2,8	2,4	2,3	2,3
Alentejo		3,0	3,2	3,3	3,5	2,7	2,9
Algarve		16,4	13,2	18,1	13,6	14,9	12,7
Área de Lisboa		8,0	7,1	8,7	7,2	7,4	6,9
Norte		1,2	1,2	1,3	1,1	1,2	1,2

Fontes/Entidades: INE | SEF/MAI, PORDATA (última atualização: 2016-11-18).

Da análise dos dados recolhidos, confirma-se que é no Algarve onde reside a maior percentagem de cidadãos estrangeiros em território nacional, sendo Albufeira, o município que integra o maior número de cidadãos estrangeiros (Vila do Bispo - 19,4%; Lagos - 19,1%; Aljezur - 17,6; Loulé - 16,6%).

Tabela 3. População estrangeira que solicitou estatuto de residente (N.º) por continente de origem e local de residência em Portugal.

Local de residência (NUTS - 2002)	Número de pedidos de residência em 2013				
	Europa	África	América	Ásia	Oceânia
Portugal	12 918	7 312	7 587	5 384	44
Algarve	2 424	264	443	546	8
Albufeira	404	37	80	147	0

Fontes/Entidades: INE | SEF/MAI, PORDATA.

Tabela 4. População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º) por nacionalidade em Albufeira.

Europa									
Reino Unido		Ucrânia		Roménia		Moldávia		Outros	
2008	2015	2008	2015	2008	2015	2008	2015	2008	2015
1 430	1 247	1 972	1 429	455	622	801	250	1 626	2 036
África									
Angola		Cabo Verde		Guiné Bissau		Moçambique		Outros	
2008	2015	2008	2015	2008	2015	2008	2015	2008	2015
238	89	383	268	538	297	21	18	161	141
Resto do Mundo									
Brasil		Outros – Americanos		China		Outros – Asiáticos		Total	
2008	2015	2008	2015	2008	2015	2008	2015	2008	2015
2 768	1 599	154	107	218	340	347	627	11 112	9 070

Fontes/Entidades: INE | SEF/MAI, PORDATA (última atualização: 2016-11-18).

Tabela 5. População residente (N.º) por Local de residência (NUTS III), Grupo etário 0-19; Anual.

Grupo etário	Número de residentes em Albufeira dos 0 aos 19 anos	
	2011	2015
0 - 4 anos	2 374	2 037
5 - 9 anos	2 330	2 399
10 - 14 anos	2 163	2 247
15 - 19 anos	2 249	2 186
Total	9 116	8 869

Fontes de Dados: INE, Estimativas Anuais da População Residente.

Tabela 6. Taxa bruta de natalidade por local de residência (NUTS III).

Local de residência	Anos	% No período de referência		
		2013	2014	2015
Portugal		7,9	7,9	8,3
Algarve		8,4	8,5	9,2
Albufeira		9,7	9,8	10,4

Fontes de Dados: INE, Estimativas Anuais da População Residente.

A taxa de natalidade teve um acréscimo em todo o país ao longo do período de referência, tendo o concelho de Albufeira registado esta tendência também, com uma percentagem ligeiramente mais elevada em comparação ao País e à região do Algarve.

Tabela 7. Taxa bruta de nupcialidade (%).

Local de residência	Anos					
		2011	2012	2013	2014	2015
Portugal		3,4	3,3	3,1	3,0	3,1
Algarve		3,3	3,6	3,1	3,4	3,6
Albufeira		3,9	5,3	5,4	6,0	7,0

Fontes de Dados: INE, PORDATA.

Tabela 8. Taxa bruta de divorcialidade (%).

Local de residência	Anos			
		2011	2012	2013
Portugal		2,5	2,4	2,2
Algarve		2,4	2,5	2,2
Albufeira		2,6	3,1	3,0

Fontes de Dados: INE, PORDATA.

Face aos dados apurados referentes à taxa de nupcialidade, verifica-se que ao contrário da tendência de decréscimo a nível nacional, em Albufeira regista-se um acréscimo. Esta tendência, oposta ao contexto nacional, verifica-se também na taxa de divorcialidade.

Tabela 9. Casamentos: total e por nacionalidade dos cônjuges (N.º).

Local de residência	Ambos os cônjuges portugueses		Um português e outro estrangeiro		Ambos os cônjuges estrangeiros	
	1984	2015	1984	2015	1984	2015
Portugal	68 806	27.573	984	3763	85	1057
Algarve	1884	872	39	276	9	463
Albufeira	74	92	3	37	0	154

Fontes de Dados: INE - Estatísticas de Casamentos, PORDATA.

Tabela 10. População residente com 15 e mais anos segundo os Censos: total e por nível de escolaridade (completo mais elevado).

Local de residência	Níveis	Censos 2011					
		Sem nível de escolaridade	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Superior
Portugal		934 129	2 444 206	1 152 362	1 714 586	1 411 801	1 244 742
Algarve		41 966	94 947	44 584	80 984	70 435	46 719
Albufeira		3 083	7 184	4 315	7 958	7 354	3 946

Fontes de Dados: Censos 2011- Recenseamentos Gerais da População, PORDATA.

Tabela 11. População ativa por local de residência.

Local de residência	Anos	Total		Masculino		Feminino	
		2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal		4 990 208	5 023 367	2 742 035	2 603 574	2 248 173	2 419 793
Algarve		192 348	220 961	107 761	114 542	84 587	106 419
Albufeira		17 531	22 568	9 566	11 512	7 965	11 056

Fontes de Dados: Censos 2001; 2011 - Recenseamentos Gerais da População, PORDATA.

Tabela 12. Número de desempregados inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Local de residência	Anos	Total (em dezembro)				Total (média anual)			
		2001	2011	2014	2015	2001	2011	2014	2015
Portugal		324 300	605 134	598 581	555 167	324 680	551 943,9	639 187	560 843
Algarve		11 817	31 658	27 030	26 206	8 420,5	25 227,3	26 080,1	22 285,4
Albufeira		1 181	4 204	3 771	4 144	499,8	2 829,3	2 697,9	2 447,6

Fontes de Dados: IEFP.

Tabela 13. Crimes registados pelas polícias por mil habitantes.

Local de residência	Anos	2013	2014	2015
Portugal		36	33,8	34,4
Algarve		51,4	48	47,2
Albufeira		85,2	83,6	85,7

Fontes de Dados: DGPJ/MJ. INE - Estimativas Anuais da População Residente.

De acordo com os dados estatísticos da APAV, 50% dos menores sinalizados como vítimas de crime, entre 2013 e 2015, encontravam-se na faixa etária dos 11 aos 17 anos.

“A evolução do número de casos de vítimas menores de idade manteve-se muito próximo ao longo dos três anos em análise, atingindo valores mais elevados em 2015” (APAV, 2016).

A APAV registou um total de 5 360 crimes praticados contra crianças e jovens entre 2013 e 2015. Em Albufeira, no ano 2015, a APAV acompanhou 605 situações atribuídas a crimes e outras formas de violência, sendo que, dos 72% no âmbito da Violência Doméstica, 46,9% se tratavam de famílias com filhos.

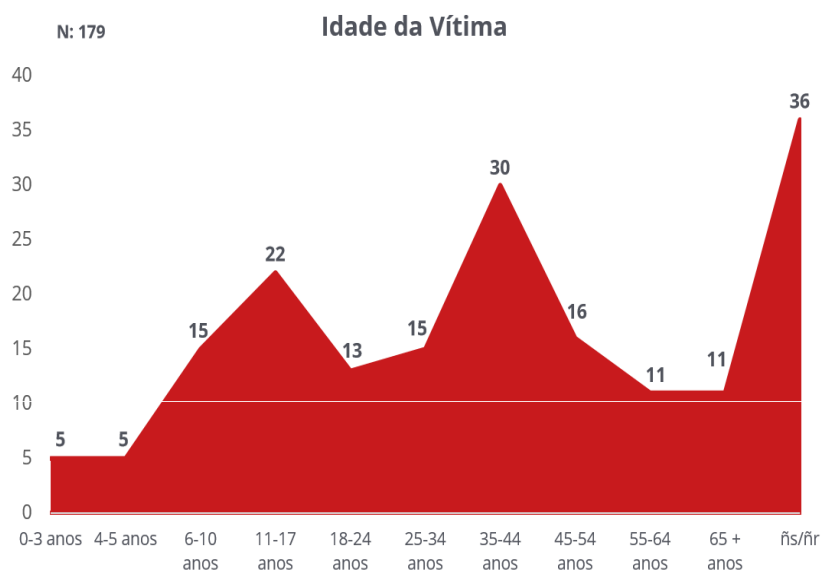


Gráfico 1. Idade da Vítima, Albufeira, 2015.

Fonte de Dados: Estatísticas APAV: Relatório Anual 2015

Tabela 14. Crimes registados pelas polícias: total e por tipo de crime.

Anos	2013			2014			2015		
	Portugal	Algarve	Albufeira	Portugal	Algarve	Albufeira	Portugal	Algarve	Albufeira
Contra as pessoas	84 253	4 327	517	83 207	4 501	542	81 394	4 513	590
Contra o património	202 014	13 755	2 127	192 135	12 908	2 097	186 102	12 093	2 066
Contra a vida em sociedade	50 323	2 968	523	40 234	2 282	402	49 591	2 528	437
Contra o Estado	6 812	-	63	6 098	399	86	6 275	376	94
Contra a identidade cultural, integridade pessoal	13	-	-	21	-	-	22	-	-
Contra animais companhia	-	-	-	-	-	-	1 330	84	9
Legislação Avulsa e Outros	32 921	1 315	190	29 616	1 143	223	31 318	1 251	250

Fontes de Dados: DGPJ/MJ. INE - Estimativas Anuais da População Residente.

2.2 Rede Escolar

Os equipamentos de oferta pública, sobretudo na vertente de Creche e Educação Pré-escolar, economicamente mais acessíveis às famílias, encontram-se na sua maioria com lotação máxima preenchida, constituindo uma resposta insuficiente face às necessidades da população.

Tabela 15. Tipologia da rede escolar por número de estabelecimentos.

Tipologia	Creche	Creche e J. Infância	J. Infância	1º Ciclo c/ J. Infância	1º Ciclo	2º/3º Ciclos	Ens. Básico c/ Secundário	Secundário	Profissional
Público	-	-	6	4	9	6	1	1	-
Privado	6	6	7	-	-	-	-	-	1
Total	6	6	13	4	9	6	1	1	1

Fontes de Dados: Escola Segura.

Tabela 16. Rede pública escolar do concelho de Albufeira.

Tipologia	Pre-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário regular	PIEF	VOC/CEF	Profissional	
	Escolas								
Agrupamento de Escolas Albufeira Poente	Escola Secundária de Albufeira					☹		☹	☹
	E, B 2, 3 D. Martim Fernandes			☹	☹			☹	
	E., B. 1, 2, 3 Guia		☹	☹	☹				
	Escola E. B. 1 Nº1 de Albufeira		☹						
	Escola E. B. 1 de Vale Parra		☹						
	Escola E. B. 1 Sesmarias		☹						
	Jardim de Infância Vale Rabelho	☹							
	Jardim de Infância da Guia	☹							
Agrupamento de Escolas de Albufeira	Escola Básica e Sec.de Albufeira				☹	☹	☹	☹	☹
	Esc.EB 2,3 Dr. Francisco Cabrita			☹	☹				
	Escola EB1 c/J.I. de Caliços	☹	☹						
	Escola EB1 c/J.I. da Correeira	☹	☹						
	Escola EB1 c/J.I. de Vale Pedras	☹	☹						
Agrupamento de Escolas de Ferreiras	Esc. Básica Integrada Ferreiras		☹	☹	☹			☹	
	E, B 2, 3 Diamantina Negrão			☹	☹			☹	
	Esc. Básica Integrada Paderne	☹	☹	☹	☹				
	Escola E. B. 1 de Brejos		☹						
	Escola E. B. 1 de Fontainhas		☹						
	Esc. E. B. 1 c/J.I. de Olhos d'Água	☹	☹						
	Jardim de Infância de Ferreiras	☹							
	Jardim de Infância da Vale Carro	☹							
Jardim de Infância de Vale	☹								

Fontes de Dados: Agrupamentos de Escolas; Escola Segura. Ano letivo 2016/2017.

Tabela 17. Capacidade de resposta das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), creches e jardins-de-infância.

Equipamentos	A frequentar	Capacidade	Gestão	Freguesia
“Amendoinhas”	94	109	IPSS	Albufeira
“Tempos de Infância”	45	50	IPSS	Guia
“Quinta dos Pardais”	134	150	IPSS	Albufeira
“O Búzio”	115	115	IPSS	Albufeira
“Creche de S. José”	35	35	IPSS	Albufeira
“Os Palmeirinhas”	69	69	IPSS	Albufeira
“Gente Miúda”	48	55	IPSS	Paderne
Total	540	583		

Tabela 18. Total de alunos inscritos em Instituições Privadas, creches e Jardins de Infância.

Equipamentos	A frequentar	Gestão	Freguesia
“A Turma dos Traquinas”	50	Privado	Albufeira
“Grãozinho d’ Areia”	88	Privado	Albufeira
“Os Palhacinhos”	41	Privado	Guia
“Os Piratas”	30	Privado	Albufeira
“Academia dos Marinheiros”	133	Privado	Albufeira
“Barquinho Dourado”	40	Privado	Albufeira
Total	382		

Fontes de Dados: Escola Segura. Ano letivo 2016/2017.

2.2.1 População Escolar

Tabela 19. Total de alunos inscritos por oferta educativa, ano letivo 2016/2017.

Tipologia	Pré-escolar	1º Ciclo	2º / 3º Ciclos	Secundário regular	PIEF	VOC ou CEF / 3º Ciclo	Vocacional/ Profissional Secundário
Escola							
Agrupamento de Escolas de Albufeira	357	739	350 / 535	174	16	16 / 24	31 / 124
Agrupamento de Escolas de Ferreiras	423	745	447 / 491	-	-	35 / 18	-
Agrupamento de Escolas Albufeira Poente	117	345	285 / 389	640	-	20 / 24	17 / 267
Escola Profissional de Agostinho Roseta	-	-	-	-	-	-	170

Fontes de Dados: Escola Segura; Agrupamentos de Escolas. Ano letivo 2016/2017 (última atualização 2017-01-31).

Tabela 20. Alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) por Agrupamento de Escolas.

Agrupamento de Escolas	Necessidades Educativas Especiais
Agrupamento de Escolas Albufeira Poente	89
Agrupamento de Escolas Albufeira	94
Agrupamento de Escolas de Ferreiras	123
Total	306

Fontes de Dados: Escola Segura; Agrupamentos de Escolas. Ano letivo 2016/2017 (última atualização 2017-01-31).

Tabela 21. Taxa de abandono escolar (%) por local de residência, NUTS III.

Local de residência	Período de referência: 2011
Portugal (cidades)	1,80
Algarve (cidades)	2,08
Albufeira	2,02

Fontes de Dados: INE, PORDATA.

Tabela 22. Taxa de retenção e de desistência (%) do Ensino Básico e Secundário, por ano letivo.

Albufeira	Ano letivo								
	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/13	2013/2014	2014/2015
1º Ciclo	4,9	4	4,7	5	3,9	5,5	7,8	4	6,6
2º Ciclo	16,5	12,6	12,7	12,4	7,9	11,8	15,5	11	14,8
3º Ciclo	23,9	23,9	18,7	17,9	15,8	19,2	24,7	21,1	23,1
Secundário	34,4	30,3	21,4	24,5	24,9	20,1	22,2	25,4	22,4

Fontes de Dados: DEEGEC. Regiões. Volume V. Algarve.

Articulando a leitura relativa à taxa de retenção e desistência dos alunos do ensino básico e secundário, no Algarve, com a informação cedida pelo projeto “Pescador de Sonhos” - 6ª Geração do Programa Escolhas, relativos à situação dos jovens do concelho de Albufeira, no que respeita à escola/emprego, verificamos a existência de uma íntima ligação entre a entrada precoce no mercado de trabalho, para suprir as ofertas sazonais de emprego e o abandono escolar (ou o não prosseguimento dos estudos). As razões maioritariamente apontadas para o abandono escolar são:

- 👁️ Respostas educativas pouco atrativas;
- 👁️ Carência de retaguarda e estrutura familiar;
- 👁️ Falta de objetivos pessoais a médio e longo prazo;
- 👁️ Baixos rendimentos familiares.
- 👁️ Competências escolares frágeis;

2.3 Recursos de Saúde

Tabela 23. Centro de Saúde e extensões do concelho de Albufeira.

Freguesias	Centro de Saúde	Extensão
Albufeira e Olhos de Água	1	1
Guia	-	1
Ferreiras	-	1
Paderne	-	1

Fontes de Dados: Diagnóstico Social de Albufeira, 2013.

Tabela 24. Número de crianças em acompanhamento.

Rede de Respostas e Equipamentos	Nº de crianças
Equipa de Intervenção Precoce	53
Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco	38
GASMI	68
Total	159

Fontes de Dados: ACES Central, ARS Algarve, 2016.

As crianças e jovens recebem ainda os cuidados das seguintes unidades que os acompanham: Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados e da Unidade de Saúde Familiar.

2.4 Recursos Sociais

Tabela 25. Entidades com respostas sociais para as Famílias, por número de famílias acompanhadas.

Apoio Alimentar				
Entidade	Capacidade/Famílias	Famílias utentes	Acordo	Lista de espera
CASA	60	58	-	Não
AHSA	-	51	-	Não
SCMA	38	38	27	Não
Refeitório/Cantina Social				
Entidade	Capacidade/Famílias	Famílias utentes	Acordo	Lista de espera
CASA	35	58	-	Não
Fundação Silva Leal	39/50	64/53	100/40	Não/Sim
SCMA	100/65	100/65	100/65	Sim
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)				
Entidade	Capacidade/Famílias	Famílias utentes	Acordo	Lista de espera
SCMA-CAFAP	77	74 (102 menores)	77	Não
Respostas Complementares à Comunidade				
Entidade	Capacidade/Famílias	Famílias utentes	Acordo	Lista de espera
AHSA-Equipa RSI	150	159	150	
APEXA Gabinete de Intervenção social	25	17	-	Não
Associação Portuguesa e Apoio à Vítima	-	745	-	
GIS (SCM de Albufeira)	-	192	-	
Pescador de Sonhos (Projeto Escolhas)	-	153	-	
Projeto Sanacai	8	33	-	

Fontes de Dados: Diagnóstico Social de Albufeira, 2013.

Nas respostas complementares à comunidade, o Município dispõe ainda da Divisão de Educação e Ação Social, da qual faz parte o Gabinete de Apoio à Família e o Serviço de Psicologia nas Escolas, respostas importantes no atendimento, acompanhamento e encaminhamento de indivíduos/ famílias residentes no concelho de Albufeira, que se encontram em situação de fragilidade social.

Tabela 26. Respostas sociais, de carácter residencial, para crianças e jovens.

Lar residencial (Infância e Juventude)	Capacidade	Utentes	Acordo	Lista de espera
“Os Pirlampos”	56	17	15	Sim
“Gaivota”	46	46	33	Não

Fontes de Dados: SCM Albufeira.

Tabela 27. Habitação Municipal Social arrendada e alienada

Total de fogos de Habitação Social e a Custos Controlados existentes no Concelho de Albufeira					
N.º de fogos construídos por promoção direta do Município de Albufeira ou através de Contrato Desenvolvimento para a Habitação (CDH)			N.º de fogos construídos por Cooperativas e Associações do Concelho de Albufeira Designação do sítio Quinta da Palmeira (CMA)		
Designação do sítio	Quinta da Palmeira (CMA)	410	Designação de Cooperativa/Associação	Associação de Moradores Albufeira	250
	Quinta do Barros (CMA)	65		Habijovem	112
	Inatel (Av.ª Gago Coutinho) (CMA)	18		O Nosso Tecto	200
	Bairro dos Pescadores (CMA)	36		Associação de Moradores Ferreiras	60
	Guia (CDH)	62			
	Ferreiras (CDH)	110			
	Paderne (CDH)	54			

Fontes de Dados: Diagnóstico Social de Albufeira, 2013.

3. Indicadores Estatísticos mais relevantes, análise de processos da CPCJ

Tabela 28. Número de processos registados por ano e freguesias.

Freguesias	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Albufeira e Olhos de Água	417	394	429
Guia	31	35	27
Paderne	19	26	28
Ferreiras	55	79	78
Total	522	534	562

3.1 Caracterização Processual

Tabela 29. Número de crianças e jovens sinalizadas, por género.

Género	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Masculino	273	281	285
Feminino	243	242	269
Sem Informação	6	11	8
Total	522	534	562

Tabela 30. Número de crianças e jovens sinalizadas, por faixa etária.

Idades	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
0-2	71	62	80
3-5	56	73	71
6-8	66	68	59
11-14	114	122	132
15-17	157	148	152
18-21	6	6	5
Total	522	534	562

Tabela 31. Tipologia familiar.

Tipologia Familiar	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Nuclear	215	201	210
Monoparental	212	217	233
Reconstituída	31	42	55
Alargada	43	69	47
Família de Acolhimento	1	-	-
Sem vínculo	1	4	2
Sem informação	19	8	15
Total	522	534	562

Tabela 32. Nacionalidade da criança.

Nacionalidade da Criança	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Alemanha	5	4	2
Angola	4	14	8
Brasil	39	27	43
Cabo Verde	8	22	11
Espanha	4	5	2
Guiné Bissau	8	16	13
Inglaterra	8	9	12
Irlanda	4	3	6
Moldávia	4	5	7
Paquistão	1	1	2
Polónia	1	1	8
Portugal	408	396	417
Roménia	2	3	6
Rússia	1	2	5
Ucrânia	12	19	16
Outras*	6	2	0
Desconhecida	6	2	3
Total	522	534	562

* Bélgica, Bulgária, França, Holanda, Nepal e Peru.

Tabela 33. Nacionalidade dos cuidadores.

Nacionalidade da Criança	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Ambos portugueses	365	354	378
Ambos estrangeiros	117	126	126
Nacionalidades diferentes	32	50	56
Desconhecida	8	4	2
Total	522	534	562

Analisando os dados expostos nas tabelas 32 e 33, observa-se a diversidade de culturas entre as famílias acompanhadas pela CPCJ. A maioria dos cuidadores são de nacionalidade portuguesa, contudo, a existência de diferentes nacionalidades apresenta elevada relevância no concelho de Albufeira. Tal fato constitui um fator de risco para as crianças e jovens, no que respeita à sua adaptação e sobretudo na resolução de conflitos no processo de Regulação das Responsabilidades Parentais.

Tabela 34. Escolaridade das Crianças.

Escolaridade	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Creche	16	17	18
Pré-Escolar	39	31	67
1º Ciclo	113	124	130
2º Ciclo	87	132	104
3º Ciclo	154	183	206
Secundário	28	47	37
Total	522	534	562

3.2 Caracterização da Sinalização, Medidas Aplicadas e Arquivamento de Processos.

Tabela 35. Entidades sinalizadoras.

Entidade Sinalizadora	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
IPSS's/Associações/GAF/IAC	64	62	58
RSI	5	17	8
Tribunal/ Ministério Público	32	46	44
Cuidador	1	3	6
Segurança Social	9	5	2
Centro de Saúde/Hospital	11	9	21
Escolas	168	160	181
Autoridades Policiais	128	131	149
APAV	6	9	6
Anónimas	32	27	31
Pais	33	34	24
Familiares	7	5	9
CPCJ's	24	22	17
Advogado	1	-	-
Vizinhos	1	4	6
Total	522	534	562

Consistentemente, no período em evidência, as entidades que mais sinalizam são as Autoridades Policiais e os Estabelecimentos de Ensino, o que demonstra a relação privilegiada destas entidades no contacto com as crianças e jovens, dados corroborados pela informação extraída dos questionários aplicados aos alunos.

Tabela 36. Motivo da sinalização.

Motivo de Sinalização	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Abandono/Abandono dos Pais	4	2	1
Abandono Escolar	149	132	161
Abuso Emocional	5	9	4
Abuso Sexual	2	3	1
Acolhimento Institucional	1	4	4
<i>Bullying</i>	2	3	1
Ausência de retaguarda familiar	2	6	3
Comportamentos desviantes/violentos	66	68	57
Consumo de Álcool/Estupefacientes	6	12	5
Menor entregue a si próprio	7	9	2
Fuga de casa	1	4	2
Maus-tratos	23	22	41
Mendicidade	1	2	-
Negligência	122	114	122
Violência Doméstica	123	131	148
Responsabilidades Parentais	4	24	8
Outros	4	-	2
Total	522	534	562

Observando a prevalência das situações que colocam em risco crianças e jovens, sobressaem os contextos de violência doméstica, negligência e abandono escolar. Pelo número considerável de sinalizações, destacam-se as situações resultantes de comportamentos desviantes/violentos dos jovens.

Tabela 37. Medidas aplicadas.

Medidas Aplicadas	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Acolhimentos em Instituição	28	26	31
Apoio Junto da Mãe	85	82	89
Apoio Junto do Pai	11	23	17
Apoio Junto dos Pais	57	52	53
Apoio junto de outro familiar	13	27	31
Apoio junto de pessoa idónea	5	1	-
Autonomia de vida	1	-	-
Total	200	211	221

Do total de sinalizações, apenas uma média de 35% correspondeu a contextos de perigo e conseqüentemente, foram aplicadas medidas de promoção e proteção. De salientar, ao nível das medidas, que na sua maioria são em meio natural de vida de apoio junto dos pais, principalmente junto da mãe, em famílias monoparentais. As medidas de acolhimento residencial representaram, sensivelmente, 14% das medidas aplicadas.

Tabela 38. Motivo de arquivamento dos processos.

Motivo de Arquivamento	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Atingiu a maioria	28	29	47
Casa Abrigo	2	-	1
Falta de competência territorial/Remessa do PPP para outra CPCJ	15	4	24
Incumprimento do APP	24	13	18
Não obtenção de consentimento	29	26	41
Oposição por parte do jovem maior de 12 anos	1	-	-
Situação de perigo/risco não se confirma	75	111	140
Situação de perigo não subsiste	33	50	44
Paradeiro desconhecido	10	6	3
Existência de Processo Judicial de Promoção e Proteção	10	5	8
Remessa do PPP para os Serviços do Ministério Público	1	36	18
Remessa para outra CPCJ	24	15	7
Total	253	295	351

*Acordo de Promoção e Proteção (APP). Processo de Promoção e Proteção (PPP).

Em relação ao arquivamento dos processos, os motivos que se salientam são: a situação de perigo/risco não se confirma; a situação de perigo não subsiste (quando o perigo inicial foi ultrapassado) e a não obtenção do consentimento.

4. Análise dos Indicadores Estatísticos pela CPCJ na Modalidade Restrita

A análise dos indicadores estatísticos, pela CPCJ na modalidade Restrita, parte da necessidade de identificar com maior precisão as principais problemáticas apresentadas pelas famílias do concelho de Albufeira, conferindo maior visibilidade ao conhecimento que os técnicos detêm e que a análise de números não consegue traduzir. Para o efeito, recorreu-se à análise dos processos internos da CPCJ e à aplicação de um questionário junto dos elementos da CPCJ. A tabela 39 apresenta as principais problemáticas encontradas.

Tabela 39. Resultados: Principais problemáticas.

Famílias	Crianças/jovens	Comunidade	Respostas sociais/entidades
<ul style="list-style-type: none"> ❏ Fracas competências parentais. ❏ Culturas distintas. ❏ Pais/casais de nacionalidades diferentes. ❏ Dificuldade na gestão das responsabilidades parentais. ❏ Dificuldades na gestão do tempo entre trabalho e família. ❏ Ausência de suporte familiar alargado/desenraizamento e desagregação das famílias. ❏ Emprego/desemprego sazonal. ❏ Dificuldades no pagamento de rendas de habitação/creche. 	<ul style="list-style-type: none"> ❏ Pouco acompanhamento parental (escolar e pessoal). ❏ Desenvolvimento em contexto de isolamento ou maioritariamente com grupo de pares. ❏ Comportamentos desviantes. ❏ Comportamentos relacionados com problemas de saúde mental infantil/juvenil. ❏ Desinteresse/desmotivação escolar. ❏ Ausência desajuste de enquadramento/função escolar para os jovens (principalmente). ❏ A escola é desmotivante. 	<ul style="list-style-type: none"> ❏ Individualização. ❏ Fraco empenho social. ❏ Fraco envolvimento de associações e dos clubes desportivos. ❏ Ausência de resposta social – creches e/ou Jardins de Infância (valores mensais desadequados à realidade das famílias). 	<p>Escola/Ensino</p> <ul style="list-style-type: none"> ❏ Sinalização tardia; abandono escolar. ❏ Ausência de respostas na área da deficiência e saúde mental (equipas de unidade especializada). ❏ Hierarquia centralizada. <p>Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> ❏ Ausência de respostas de saúde mental infantil e juvenil no distrito. ❏ Resposta demorada em consultas da especialidade (ortopedia, oftalmologia, pedopsiquiatra, entre outras). ❏ Constante rotatividade dos elementos das equipas técnicas/intervenção. ❏ Dificuldade na gestão do tempo dos técnicos, sobreposição de intervenções.

5. Audição da Comunidade

5.1 Apresentação dos Resultados do Questionário Aplicado aos Alunos do 2º e 3º Ciclos

O inquérito por questionário aos alunos, constituído por catorze questões, foi aplicado com a colaboração das Direções dos Agrupamentos Escolares, tendo sido respondidos oitocentos e sessenta e nove (869) questionários, o que constitui uma amostragem significativa do universo dos alunos.

A primeira parte do questionário procurou efetuar a caracterização das crianças e jovens do Concelho, recorrendo aos alunos do 2º e 3º Ciclos de Albufeira. O objetivo numa primeira fase prendia-se com a delimitação dos hábitos dos inqueridos, seus pontos de interesse e formas de ocupação dos seus tempos livres, formas de relacionamento com os seus pares, entre outras, sempre na perspetiva de melhor conhecermos as crianças e jovens do concelho.

Numa segunda fase, foi-lhes dada oportunidade de identificarem os problemas que mais os colocam em perigo, bem como, as entidades que melhor resposta dariam em situações de risco.

Em suma, através da caracterização pela comunidade estudantil das suas problemáticas e do conhecimento, que detêm ou não, dos fatores de risco e de proteção, poderemos desenvolver mecanismos e elaborar estratégias de prevenção que melhor se adequam ao grupo alvo, as nossas crianças e jovens.

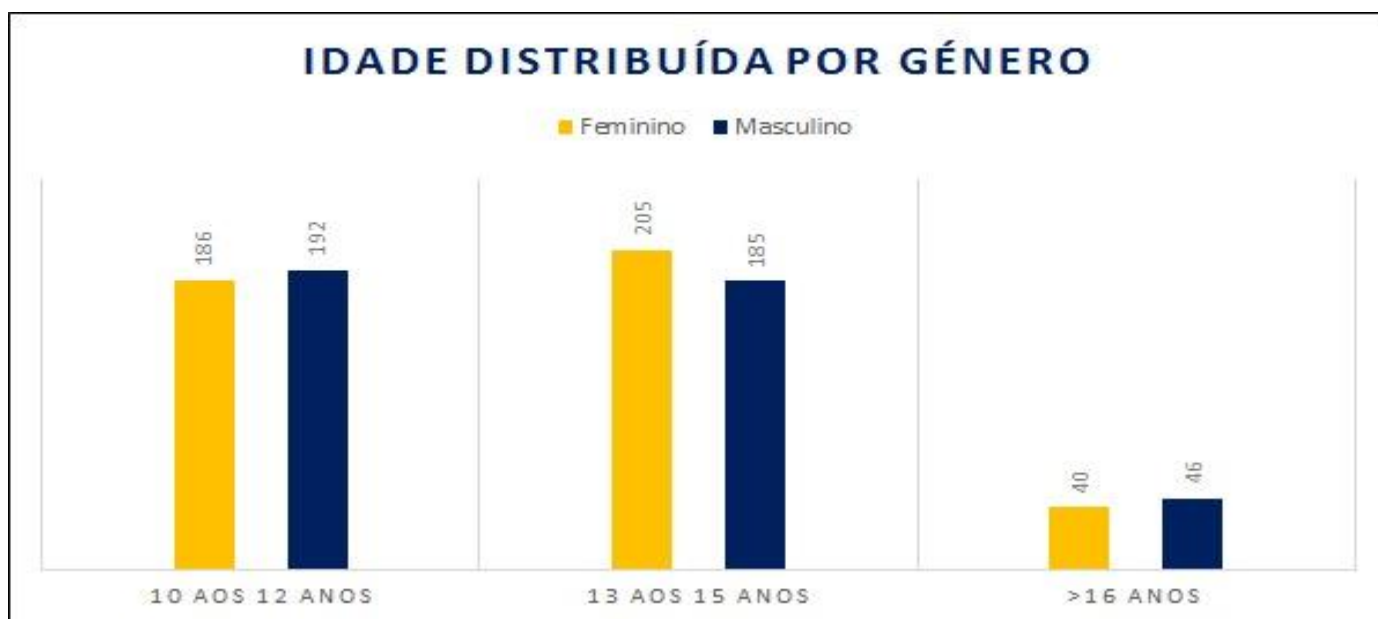


Gráfico 2. Idade dos alunos inquiridos por género.

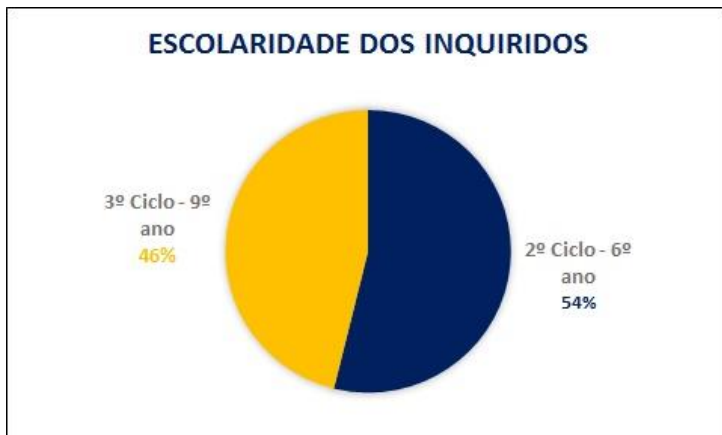


Gráfico 3. Escolaridade dos inquiridos.



Gráfico 4. Identificação dos hábitos extraescolares.



Gráfico 5. Identificação das atividades preferidas pelos inquiridos.

Do universo de inquiridos aferimos que, na sua maioria, realizam algumas atividades fora do horário letivo, sendo que 59% dos inquiridos prefere atividades coletivas.

Quando questionados, quanto aos lugares que escolhem para se divertirem, 13,6% dos jovens, menores de 16 anos, afirmaram recorrer aos bares e discotecas para socializarem em grupo. De destacar que no seio desses jovens, 18% tinha menos de 13 anos.

Verificou-se ainda que 23% dos inquiridos opta, pela sua casa ou pela casa dos amigos, para conviver e cerca de 8% prefere os jardins públicos/Skatepark.



Gráfico 6. Hábitos dos nativos digitais.

Apurou-se que 97% dos jovens navega habitualmente na internet, sendo que 42,5% dos alunos afirma estar “ligado” por períodos superiores a 3 horas. De destacar, igualmente, que 9,4% afirma estar diariamente na internet por períodos superiores a 10 horas e 25% regista um período de “navegação” até 1 hora.

Constatou-se ainda que 72% afirma utilizar as redes sociais como forma de entretenimento, 44% para fins recreativos como jogar jogos e 36% afirma recorrer à internet como ferramenta de estudo.



Gráfico 7. Percepção dos alunos relativo à CPCJ.

Com o objetivo de perceber qual a percepção do público alvo relativo à CPCJ de Albufeira, colocou-se igualmente à questão: “Sabes o que é uma CPCJ?”, 74% dos alunos afirma saber, 25% não sabe e 1% não respondeu.

Conforme ilustra o gráfico 7, 85% dos inquiridos tem conhecimento da existência da CPCJ em Albufeira.

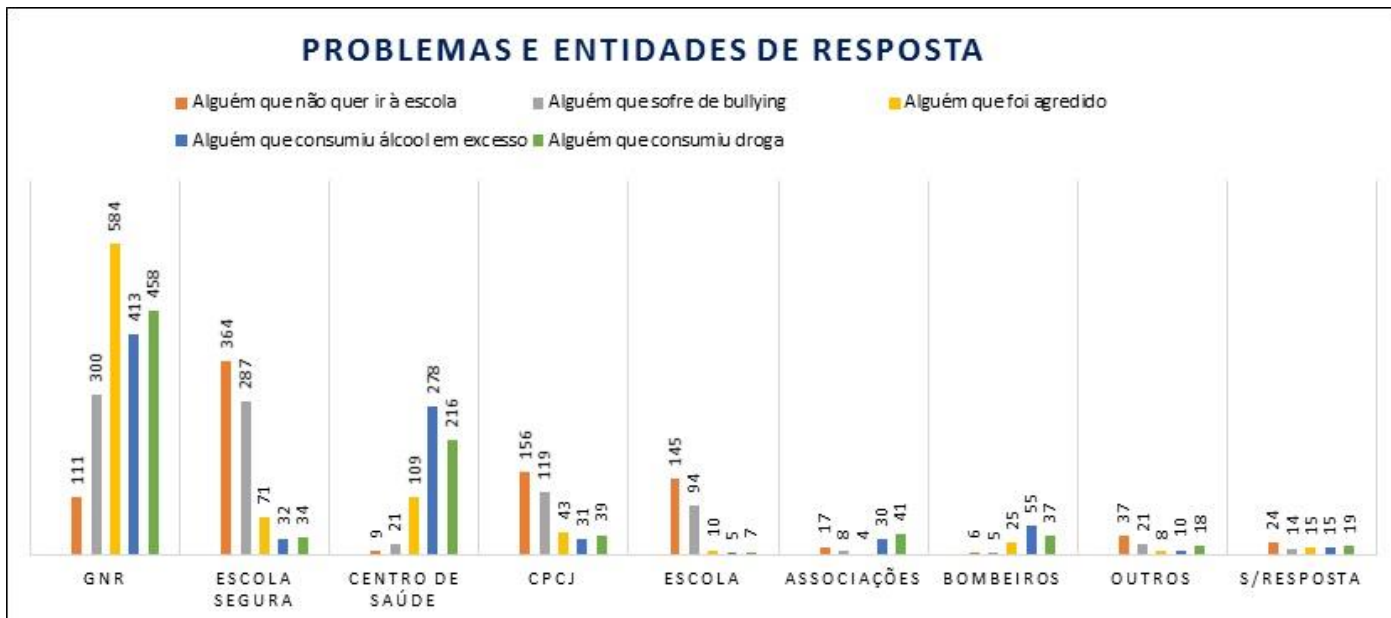


Gráfico 8. Identificação de entidades com resposta em situações de risco e perigo.

No gráfico 8 é de destacar que a GNR tem um papel fundamental na resolução dos problemas dos jovens, evidenciando que nas questões relacionadas com a escola, o núcleo Escola Segura assume preponderância. No cômputo geral, a GNR (inclui a Escola Segura) representa 61% da primeira linha de resposta escolhida pelos jovens.



Gráfico 9. Identificação de situações de perigo e risco.

34% dos alunos inquiridos consideraram que existem problemas em Albufeira que os colocam em perigo. Neste sentido, aos que responderam afirmativamente foi solicitado que identificassem os problemas que consideravam existir no concelho, tendo sido previamente identificadas algumas situações de risco: abandono, abuso sexual, consumo de álcool e de drogas, trabalho infantil, abandono escolar, negligência, problemas de saúde, maus tratos físicos e psicológicos.

Das situações previamente identificadas, verificou-se que 81% dos jovens considera o “Consumo de bebidas alcoólicas” e o “Uso de drogas” como as situações de risco/perigo a que estão mais expostos. 39% dos inquiridos identificou ainda os “Maus tratos físicos” e 42% os “Maus tratos psicológicos” como situações potenciadoras de risco ou perigo para as crianças e jovens do concelho.

5.2 Resultados do World Café

Importa salientar que os dados que ora se apresentam, na tabela 40, são fruto da perceção da comunidade, em discurso direto à “mesa de um Café”, tornando-se esta introspeção social uma ferramenta com utilidade interdisciplinar.

Tabela 40. Resultados do World Café.

Problemas	Estratégias
<ul style="list-style-type: none">☉ Crise económica geral e no setor económico principal.☉ Sazonalidade do emprego.☉ Horários de trabalho incompatíveis com as responsabilidades familiares.☉ Entidades patronais pouco sensíveis às necessidades das famílias.☉ Emprego jovem sem regras ou proteção.	<ul style="list-style-type: none">☉ Maior e melhor diálogo.☉ Investir num Turismo Sustentável.☉ Melhorar o nível de vida das populações.☉ Sensibilizar o tecido empresarial.☉ Criar uma agência de “trabalho temporário para jovens”, com regras estabelecidas.☉ Criar programas educacionais com formação em contexto de trabalho.☉ Aumentar a fiscalização (Ministério do Trabalho).
<ul style="list-style-type: none">☉ Jovens sem motivação para estudarem.☉ A Escola sem capacidade de resposta.☉ Jovens sem visão de um futuro promissor.	<ul style="list-style-type: none">☉ Diversificar a oferta educativa.☉ Reduzir o número de alunos por turma.☉ Promover a formação dos profissionais.☉ Articular com o Conselho Municipal de Educação para realizar um estudo da problemática.
<ul style="list-style-type: none">☉ Falta de acompanhamento parental ou de outro suporte familiar por longas horas (dias).☉ Famílias desestruturadas.☉ O apelo da diversão noturna e os riscos a que se expõem precocemente.☉ Acesso precoce a álcool e outras drogas.☉ O fascínio do poder de compra em idade escolar (trabalhos de verão).☉ Uso incorreto das novas tecnologias por falta de supervisão parental.	<ul style="list-style-type: none">☉ Reduzir a carga horária dos pais para que possam apoiar os filhos menores.☉ Sensibilizar o tecido empresarial para a responsabilidade social.☉ Fiscalização e coimas aplicadas aos estabelecimentos que permitam a permanência de menores.☉ Fiscalização e coimas aplicadas aos estabelecimentos que vendam álcool a menores.

6. Discussão das Principais Dimensões do Diagnóstico Social

O diagnóstico social do concelho de Albufeira é elucidativo quanto às suas especificidades: diversidade cultural; atividade económica forte no setor terciário, mas de carácter sazonal; aumento substancial da população residente, sobretudo da população turística nos meses de época alta e da aposta empresarial forte na diversão noturna como atrativo turístico.

Estas características da vida no concelho não são promotoras de proteção, o que requer um outro olhar e respostas sociais atípicas, sobretudo no que diz respeito a horários de funcionamento, atendendo a falta de apoio familiar por longas horas do dia e da noite e ao incumprimento das normas por parte dos estabelecimentos no que respeita aos consumos e à exposição dos menores a ambientes inadequados, potenciadores de risco e perigo.

Paralelamente, as características do mercado de trabalho estão intimamente ligadas ao fenómeno de abandono escolar, com especial incidência, por razões legais, aos jovens maiores de 15 anos. A entrada precoce no mercado de trabalho, para além de ser um sinónimo de baixa escolarização, poderá ser, igualmente, uma consequência direta de um mercado de trabalho que valoriza a juventude dos seus colaboradores, tendência que fragiliza a situação económica das famílias, o que constitui mais um fator de risco para a vida destes jovens.

Albufeira encontra-se entre os concelhos do Algarve com maior percentagem de criminalidade, entre os quais se destacam a negligência e maus-tratos a crianças, especialmente em contexto de violência doméstica. Considera-se, por este motivo, urgente investir na promoção dos direitos das crianças e jovens. Em conformidade com estes dados, salienta-se a informação constante da tabela 30, (elucidativa face ao número de crianças e jovens sinalizadas na CPCJ de Albufeira por faixa etária), que sugere que a faixa etária mais atingida por esta problemática é a compreendida entre os 11 e os 17 anos. É, portanto, uma faixa etária, com características propícias para a prática de comportamentos disruptivos, bem como para ser alvo de vitimação quando os fatores protetores são insuficientes.

Em relação aos fatores de proteção, destaca-se a existência de várias entidades que procuram dar resposta a famílias, crianças e jovens, mas cuja ação e empenhamento dos seus profissionais, é constringida por uma frágil articulação entre as entidades, especialmente por se encontrarem na sua capacidade máxima, mas também devido à sobreposição de intervenções semelhantes.

Tendo contribuído para formalização destas problemáticas no concelho, o papel da CPCJ, na modalidade Alargada, é o de dar continuidade a uma proteção que necessita ser preventiva para que diminuam os fatores de risco em torno das nossas crianças e jovens. Tal ambição, cuja necessidade é reconhecida por toda a comunidade, só poderá ser bem-sucedida através de uma maior conscientização dos direitos das crianças e dos jovens e de um maior envolvimento de todos, razão do projeto “Tecer a Prevenção” e fundamento do Plano Estratégico Local.

ANEXO I. Autodiagnóstico da Organização e Funcionamento da CPCJ

O presente autodiagnóstico surge da necessidade de ultrapassar algumas fragilidades e alcançar melhores resultados. Para o efeito foi aplicado um inquérito, de resposta fechada e anónima, que proporcionou a reflexão sobre a resolução de problemas e fomentação de melhores práticas e cujas conclusões e ideias se apresentam num breve resumo na tabela 40.

Tabela 41. Análise de resultados do inquérito aplicado aos elementos da CPCJ.

Pontos fortes	Pontos fracos	Potencialidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> O cumprimento da legislação a nível da constituição da comissão. A eficácia das reuniões. A existência de plano de ação. A boa relação com as entidades políticas e institucionais relevantes para alcançar os objetivos da CPCJ. O apoio prestado aos membros mais recentes no enquadramento das tarefas inerentes à sua atividade na CPCJ. 	<ul style="list-style-type: none"> A missão da CPCJ não está interiorizada por todos os membros. A legislação que enquadra a CPCJ não está interiorizada por todos os membros. A necessidade de haver mais comunicação entre os membros. A concentração das responsabilidades na modalidade Restrita. A construção do plano de ação centrado na intervenção da modalidade Restrita. A falta de sentimento de pertença por parte de alguns elementos. A falta de definição dos papéis de todos os membros para o funcionamento da CPCJ. 	<ul style="list-style-type: none"> Intervenção conjunta com equipas que lidam com problemáticas comuns. Utilização de recursos e informações das entidades com responsabilidade em matéria de infância e juventude. O acesso a informação privilegiada do contexto social atual. Constituir-se como uma equipa multidisciplinar. 	<ul style="list-style-type: none"> O crescente número de casos de crianças e jovens sinalizados no concelho. Dificuldade de clarificar a intervenção e objetivos da CPCJ junto da comunidade. Ausência de diagnóstico dos riscos/perigos que afetam as crianças e os jovens.

ANEXO II. Lista de Entidades com Intervenção em Matéria de Infância e Juventude

Entidade	Localização e Contatos	
<p>APEXA Associação de Apoio à Pessoa Excepcional do Algarve</p>	<p>Morada: Escola Primária de Vale Verde. CXP 553 T 8200-429 Guia Tlm.: 960 172 730 Telf.: 289 561 637 Website: www.apexa.org</p>	<p>Direção: direccao@apexa.org Intervenção precoce: ip@apexa.org Desporto Adaptado: desportoadaptado@apexa.org Formação/100Barreiras: formacao@apexa.org Pescador de Sonhos: Pescadordesonhos.e5g@gmail.com</p>
<p>A.H.S.A Associação Humanitária Solidariedade de Albufeira</p>	<p>Morada: Rua Maria da Conceição Elói. 8200-076 Albufeira Telf.: 289 586 445 289 515 459 E-mail: ahsa@sapo.pt Website: www.ahsa.com.pt</p>	
<p>APAV Associação Portuguesa de Apoio à Vítima Gabinete de Apoio à Vítima de Albufeira</p>	<p>Morada: Urbanização Habijovem, loja CH, bloco C. Quinta da Palmeira. 8200-001 Albufeira Telf.: 289 585 770 E-mail: apav.Albufeira@apav.pt Website: www.apav.pt</p>	<p>Linha de Apoio à Vítima (LAV): 116 006 Dias uteis: 9h – 19h, Chamada gratuita</p>
<p>CASA Centro de Apoio ao Sem-Abrigo</p>	<p>Morada: Estrada de Vale Pedras, nº9, 8200-047 Albufeira Telf.: 289 582 311 E-mail: casa.nucleodeAlbufeira@sapo.pt</p>	
<p>Centro Paroquial de Paderne</p> <ul style="list-style-type: none"> • Creche S. José • Creche os Palmeirinhas – Albufeira • Creche Gente Miúda – Paderne 	<p>Centro Comunitário de Paderne (Sede) Morada: Cerca Velha 8200 – 466 Paderne ABF Tlm.: 289 370 820 E-mail: Cparoquial_paderne@sapo.pt Website: www.Centroparoquialpaderne.com</p>	
<p>Fundação António Silva Leal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Centro Infantil o Búzio • Creche os Amendoinhas 	<p>Centro Infantil o Búzio Morada: Rua Almirante Gago Coutinho n.º 47 8200 – 089, Albufeira Tlm.: 289 598 780 E-mail: buzio@fasl.pt Website: www.fasl.pt</p>	

Entidade	Localização e Contactos	
<p style="text-align: center;">SCMA</p> <p>Santa Casa da Misericórdia de Albufeira</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lar de Jovens Gaivota • Creche “Tempos de Infância” • Lar de Crianças – Os Pirilampos • Centro Infantil Quinta dos Pardais Creche. • Centro Infantil Quinta dos Pardais Jardim de Infância 	<p>Morada: Rua do Oceano. Apartado 211. 8200-916 Albufeira.</p> <p>Telf.: 289 515 427</p> <p>E-mail: scma.provedaria@gmail.com</p> <p>Website: www.misericordiaAlbufeira.com</p>	<p>Lar de Jovens Gaivota</p> <p>Morada: Rua do Oceano, 8200-089 Albufeira</p> <p>Telf.: 289 589 690</p> <p>Creche “Tempos de Infância”</p> <p>Morada: Pedra de Escorregar, 8300 -412 Guia</p> <p>Telf.: 289 561 145</p> <p>Tlm.: 963 635 595</p> <p>Lar de Crianças – Os Pirilampos</p> <p>Morada: Quinta das Pedras, Torre da Mosqueira 8200-387 Albufeira</p> <p>Telf.: 289 542 515</p> <p>Quinta dos Pardais, Creche e Jardim de Infância</p> <p>Morada: Rua da Palmeira, Quinta da Palmeira, 8200-286 Albufeira</p> <p>Tlm.: 963 635 686</p> <p>Telf.: 289 585 864 289 589 100</p>